

Bancos analisam o plano Baker

29 OUT 1985

WASHINGTON — O chamado Plano Baker, que propõe um aumento de US\$ 29 bilhões nos empréstimos para países endividados do Terceiro Mundo, foi discutido ontem a portas fechadas pelos executivos do sistema bancário internacional. Cerca de 60 bancos estavam representados na reunião promovida pelo Instituto de Finanças Internacionais, organização criada por essas instituições para a coleta e troca de dados sobre os países tomadores de empréstimos.

Conforme o plano, apresentado pelo secretário do Tesouro, James Baker, na reunião do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional em Seul, os bancos privados aumentariam os empréstimos em US\$ 20 bilhões nos próximos três anos para 15 países fortemente endividados, entre eles: Argentina, México, Brasil, Venezuela, Uruguai, Colômbia, Iugoslávia e Nigéria. Ao mesmo tempo, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento con-

cederiam novos créditos que poderiam chegar a US\$ 9 bilhões.

Na semana passada, Baker disse no Senado que não ofereceria garantias oficiais aos bancos pelos novos créditos. Em contrapartida, assinou que pretendia que os próprios bancos — e não o governo dos Estados Unidos — fixassem a política a ser adotada em relação aos países interessados em obter os empréstimos adicionais. Isto representa uma inovação no mecanismo da concessão de créditos. Tradicionalmente, o FMI, o Banco Mundial e outros organismos intergovernamentais costumam condicionar os empréstimos. Até o momento, essa é a prática aceita pelos bancos.

OPOSIÇÃO

A reunião foi ontem no Instituto de Finanças Internacionais de Washington foi a primeira destinada a examinar em termos formais o programa anunciado por Baker há três semanas em Seul. Alguns banquei-

ros europeus opunham-se ao plano. Segundo eles, os governos dos países industrializados deveriam desempenhar um papel mais destacado, concedendo mais créditos oficiais e maiores garantias do que qualquer banco privado.

Os bancos norte-americanos tiveram uma reação diferente, segundo Baker. Ele disse que essas instituições viam o plano de modo positivo. O diretor do comitê de reestruturação da dívida do Citybank, William Rhodes, classificou o programa de "altamente positivo". Na sua opinião, se todas as partes interessadas fizerem sua parte, "a comunidade bancária comercial responderá de forma positiva".

Apesar disso, numa reunião da Associação de Bancos dos Estados Unidos, realizada em Nova Orleans na semana passada, numerosos bancos de pequeno porte demonstraram frieza em relação ao Plano Baker. E há ainda informações contraditórias de que os bancos de grande porte demonstraram uma franca reserva. Só as instituições norte-americanas deveriam participar com US\$ 7 dos US\$ 20 bilhões previstos pelo governo dos Estados Unidos.

Baker frisou que não pressionaria os bancos. E sugeriu que as condições dos bancos não devem representar uma carga para os tomadores de empréstimos. A idéia é introduzir medidas que levem a uma maior abertura desses países para os investimentos privados do Exterior, além da venda de indústrias nacionalizadas. "Não seriam criadas obrigações e sim oportunidades", disse.

De qualquer forma, a reunião de ontem, da qual participaram representantes do Banco Mundial e do Departamento do Tesouro, não deveria levar a decisões. O objetivo era o esclarecimento de pontos que pareciam obscuros aos bancos.

Mas, enquanto o governo norte-americano procura convencer os executivos, a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) diz num estudo recentemente publicado que os bancos privados devem ser cautelosos nos empréstimos aos países em desenvolvimento. Isto por causa da atual vulnerabilidade do sistema bancário mundial.